

**EPISÓDIO ELEITORAL E ENSINO SUPERIOR NO BRASIL**

*Gilmar Mendes Lourenço*

O delineamento quase que definitivo do fenômeno conhecido como polarização política no ciclo eleitoral brasileiro vem represando qualquer esforço sério de discussão dos desafios a serem enfrentados para a restauração das bases de um projeto de nação.

De fato, prevalece um ferrenho antagonismo entre as frações majoritárias nas preferências dos cidadãos, captadas pelas sondagens de opinião. De um lado perfilam-se os defensores do regresso do conservadorismo autoritário, implícito no suposto resgate da ordem e da moral, e, de outro, situa-se a multidão de obedientes seguidores do comandante condenado, hospedado em uma sala, transformada em cela, nas dependências da Polícia Federal, em Curitiba.

Especificamente quanto à educação aparecem diagnósticos dos mais variados, com ênfase para os que sublinham os notáveis progressos inclusivos, com mobilidade social, verificados entre 2003 e o princípio de 2016, em contraste com o enorme processo de fechamento de oportunidades, expresso no contingente de 12,7 milhões de pessoas desempregadas à procura de trabalho no país, em agosto de 2018, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), do IBGE.

O pior é que se for incorporado o contingente populacional desalentado, que desistiu de procurar ocupação, ou exerce funções precárias no mercado de trabalho encurtado, a investigação do IBGE contabiliza 27,5 milhões de brasileiros praticamente marginalizados do consumo.

*Constata-se, de forma lastimável, a contínua queda da participação brasileira no elenco das mil universidades mais prestigiadas do mundo.*

A esse respeito, em tempos de proliferação de evidências de rápido delineamento e acentuação de uma espécie de quarta revolução industrial nas economias capitalistas, constata-se, de forma lastimável, a contínua queda da participação brasileira no elenco das mil universidades mais prestigiadas do mundo, de acordo com a publicação britânica Times Higher Education (THE), um dos mais criteriosos veículos de aferição da qualidade do ensino superior, em escala global.

Para a feitura do ranking, constituído por 1.250 universidades atuantes em 86 países, a revista levanta, para cada uma das entidades, dados de número de citações em pesquisa, grau de internacionalização, patamar de titulação dos docentes, repasse de conhecimentos produzidos à sociedade, dentre outros indicadores relevantes.

O Top Five da relação para 2018 engloba as Universidades de Oxford e Cambridge, do Reino Unido, e de Stanford, Massachusetts Institute of Technology (MIT) e California Institute of Technology, dos Estados Unidos (EUA). As nacionais melhores colocadas são a Universidade de São Paulo (251<sup>ª</sup>-300<sup>ª</sup>) e Unicamp (401<sup>ª</sup>-500<sup>ª</sup>). A partir do 200<sup>ª</sup> lugar, o periódico procede à divulgação por faixas, sem o fornecimento do score individual.

No caso brasileiro, a revista identificou redução, pelo segundo ano consecutivo, do número de escolas entre as mil. A quantidade de instituições que figuravam no grupo caiu de 27, em 2016, para 21, em 2017, e 15, no corrente exercício. A retração da presença das organizações nacionais na seleta lista deriva, essencialmente, da deterioração do ambiente de ensino e pesquisa, da qualidade acadêmica e produção científica e da fragilização da inserção externa das distintas unidades escolares, sobretudo o intercâmbio de professores.

Por trás desse desempenho ruim surge o drástico corte do volume de verbas aportadas dos orçamentos públicos e o encolhimento das parcerias e, por extensão, das captações, junto às empresas privadas, por conta da profunda recessão experimentada pela economia do país desde o começo de 2014, que fez, por exemplo, a taxa agregada de investimento despencar de mais de 20,0% do produto interno bruto (PIB), em um intervalo de quatro anos.

O montante de financiamento aportado em atividades de pesquisa e qualificação de quadros, por meio de entidades de fomento como CNPQ e Capes, corresponde à metade do disponibilizado em 2014.

Decerto que há também a influência decisiva exercida pelo superdimensionamento da expansão dos órgãos de ensino governamentais, sem a paralela adoção de procedimentos contemporâneos de gestão, abrangendo critérios privados, voltada à maximização da utilização dos recursos disponíveis, o que serviu para impulsionar os dispêndios com folha de salários e custeio e prejudicar a alocação de haveres para investimentos.

O time das instâncias rebaixadas, entre 2017 e 2018, é formado pelas universidades federais do Ceará (UFC), do Rio Grande do Norte (UFRN), de Pernambuco (UFPE) e de Itajubá (Unifei). Igualmente ficaram de fora as universidades estaduais do Rio de Janeiro (UERJ) e de Ponta Grossa (UEPG).